

## TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA E OS MIGRANTES SURDOS VENEZUELANOS EM BOA VISTA- RORAIMA<sup>1</sup>

**Monique de Souza Lima<sup>2</sup>,  
Thaisy Bentes<sup>3</sup>,  
Paulo Jeferson Pilar Araújo<sup>4</sup>.**

<sup>1</sup> Este trabalho integra as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de pesquisa e extensão de apoio a migrantes e refugiados surdos (MiSordo) na Universidade Federal de Roraima.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de bacharelado Letras Libras e bolsista do Programa MiSordo da Universidade Federal de Roraima; Mestranda do Programa Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI). E-mail: monique.lima.ufr.br.t4@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0000-3447-8748>

<sup>3</sup> Doutoranda em Estudos da Tradução (UFSC), Mestra em Estudos da Tradução (UnB) e Graduada em Letras Libras–Português(ULBRA).E-mail:thaisy.souza@ufopa.edu.br. <https://orcid.org/0000-0002-4449-1927> .

<sup>4</sup> Professor do Curso de Bacharelado em Letras Libras e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras-PPGL da Universidade Federal de Roraima. Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo. E-mail: paulo.pilar@ufr.br. <https://orcid.org/0000-0002-9965-3444>

### RESUMO

O presente trabalho aborda o cenário migratório, com foco nas pessoas surdas migrantes provenientes da Venezuela, devido à crise política e econômica acentuada a partir de 2016. A presença desses sujeitos impõe a necessidade de tradução e interpretação no contexto comunitário, considerando outras línguas de sinais além do par linguístico Libras-Português, como a Língua de Sinais Venezuelana (LSV) e o Espanhol. Nesse cenário, este estudo objetiva descrever e refletir sobre a interpretação e tradução comunitária, considerando o contexto migratório e a tríplice fronteira em que Roraima está situado. A metodologia segue uma abordagem qualitativa, utilizando pesquisa de campo com observação participante, por meio dos atendimentos às pessoas surdas migrantes na Pastoral Universitária (PU) e no Centro de Coordenação de Interiorização da Operação Acolhida, a partir de experiências como bolsista de extensão e colaboradora de um projeto voltado para surdos migrantes em Boa Vista, Roraima. Como resultados preliminares, é possível refletir sobre alguns pontos: a necessidade de formação de TILS para a interpretação comunitária em contextos de fronteira, considerando o uso de diferentes línguas de sinais e a ausência desses componentes no currículo de formação do curso de Bacharelado em Letras Libras da UFRR; as práticas junto à Pastoral Universitária evidenciaram também a importância de acolher pessoas surdas venezuelanas em LSV. Os TILS têm se inclinado a aprender a língua desses migrantes, o que contribui para mitigar os impactos negativos da migração em suas vidas. Além disso, é crucial que as agências internacionais e locais de acolhimento a migrantes reconheçam os TILS como profissionais necessários para a mediação linguística de pessoas surdas.

**Palavras-Chave:** Interpretação Comunitária; Migração; Surdos Venezuelanos.

## INTRODUÇÃO

A crise econômica e política na Venezuela e a consequente migração de pessoas provenientes da Venezuelanas tornaram-se uma das questões em pauta no contexto da América Latina e globalmente nos últimos anos. No Brasil, os migrantes venezuelanos têm se concentrado especialmente em regiões fronteiriças, como Boa Vista e Pacaraima, no estado de Roraima. Contudo, muitos também se deslocam para outras áreas do país em busca de melhores oportunidades de trabalho e qualidade de vida (UNICEF, 2019).

Nesse fluxo migratório crescente, chegam também muitas pessoas surdas, que enfrentam desafios ainda maiores do que os demais, especialmente no acesso a serviços de saúde e educação. As barreiras de comunicação têm sido o principal obstáculo tanto para as pessoas surdas migrantes quanto para os surdos nacionais. A falta de informação em língua de sinais dificulta significativamente suas vidas, desde as tarefas mais básicas até as mais complexas. No caso das pessoas surdas migrantes, a língua portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais (Libras), tanto na forma oral quanto sinalizada, são diferentes das línguas que dominam, o espanhol e a Língua de Sinais Venezuelana (LSV).

A motivação para a escrita deste trabalho está relacionada ao processo de formação da primeira autora, cuja trajetória influenciou sua participação no Programa MiSordo. A autora possui formação inicial em Letras Espanhol e Literatura Hispânica, na qual teve a oportunidade de cursar uma disciplina de Libras (obrigatória nos cursos de licenciatura). Após concluir essa graduação, especializou-se na área de tradução e docência em Libras e atualmente cursa o Bacharelado em Letras Libras. Em 2023, atuou como bolsista de extensão da UFRR no Programa MiSordo, que será detalhado posteriormente.

O Programa de Apoio a Migrantes e Refugiados Surdos (Programa MiSordo), desenvolvido desde 2020 pela Universidade Federal de Roraima e pela Universidade Federal do Oeste do Pará, tem como objetivo realizar atividades de apoio a pessoas surdas, migrantes e refugiadas. No contexto das ações do programa, foi possível enfrentar desafios, como aprender uma nova língua de sinais, a LSV.

Partindo dessa realidade e das vivências dos autores, este trabalho tem como objetivo descrever e refletir sobre a interpretação e tradução comunitária no contexto

migratório, considerando a tríplice fronteira em que Roraima está situada. Muitos migrantes entram no país com a esperança de serem acolhidos e alcançarem uma vida melhor. Nesse processo migratório, os surdos venezuelanos surgem com suas demandas, o que exige uma reconsideração das políticas voltadas para essa comunidade.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada segue uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa de campo com observação participante durante os atendimentos a pessoas surdas migrantes, em parceria com a Pastoral Universitária (PU) no Centro de Coordenação de Interiorização da Operação Acolhida (CCI). Esses atendimentos ocorreram no período de julho a dezembro de 2023, quando a primeira autora atuou como bolsista de extensão, e continuam até o presente momento, agora como colaboradora.

No ano de 2023 foram feitos pela primeira autora dez atendimentos a pessoas surdas, mas que consistiu no total de 30 surdos que estavam sendo acolhidos e interiorizados para outras localidades do Brasil. Os recursos linguísticos utilizados davam-se basicamente na interpretação intermodal (língua oral e língua de sinais), respeitando a língua materna do migrante surdo, no caso a LSV, e a Libras como língua franca, para assim partirmos para a compreensão de diferentes informações solicitadas quanto a organização de documentos, busca de emprego, saúde e diversas áreas que pudesse solicitar.

Além dos atendimentos individuais, o programa MiSordo realiza ações que visa o atendimento a pessoas surdas já estabelecidos na cidade ou aqueles que estão adentrando no estado, uma das ações realizadas foi o momento de escuta e atenção a pessoas surdas migrantes que por meio de questionário foram coletadas informações referentes aos seus anseios, como trabalho, saúde, alimentação, dentre outros. Tivemos a oportunidade de ter acesso a documentos internos do Programa MiSordo.

O contato direto com o público-alvo possibilitou coletar os dados no qual preservamos a identidade das pessoas, e para isso o recurso utilizado para a coleta de dados foi pela ficha cadastral, que por meio da LSV e Libras foi desenvolvida a escuta como meio de comunicação para preenchimento dos dados, com o recurso

da interpretação em Libras traduzidos simultaneamente para a LSV e transcritos para a ficha cadastral do programa.

O programa MiSordo oportunizou momentos de aprimoramento em interpretação comunitária em diferentes espaços, como saúde, trabalho, educação e jurídico. Nesses diferentes espaços podemos encontrar pessoas surdas necessitando de informação. Deste modo, vale ressaltar a importância do intérprete comunitário como um mediador de informações.

## **TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO COMUNITÁRIA E O ACOLHIMENTO ENTRE LÍNGUAS**

A tradução e interpretação em contexto comunitário tem como objetivo proporcionar o acesso a diferentes informações, com o intuito de facilitar o uso de serviços comunitários, como saúde, alimentação, trabalho e moradia. Essa interpretação visa auxiliar pessoas que não falam a língua local, permitindo-lhes acessar os diversos serviços oferecidos (Origuela, 2014).

Origuela (2014), considera somente a interpretação e presume que ela aconteça em diferentes espaços, como:

A Interpretação Comunitária caracteriza-se por qualquer tipo de interpretação dirigida a um cliente e um prestador de serviços dentro de contexto hospitalar, forense, judiciário e similares. Serve àqueles que vêm de outros países, imigrantes ou os que buscam asilo político como refugiados, a se comunicarem e acessarem os serviços educacionais, judiciários e médicos daquele país em que residem agora, mas não sendo fluentes na língua, necessitam da ajuda de um intérprete (Origuela, 2014, p.226).

Outros autores utilizam somente a nomenclatura "Intérprete Comunitário". No entanto, seguindo as ideias de Bentes e Araújo (2021), que ressaltam que há, sim, tradução nesses ambientes, utilizaremos tanto "tradução" quanto "interpretação", para destacar que ambas as funções estão presentes em ambientes comunitários.

Nesse contexto, o objetivo da tradução e da interpretação comunitária é inserir e transmitir informações, dando voz e oportunidades à pessoa que necessita de apoio linguístico, promovendo sua autonomia. Dessa forma, a pessoa não está apenas fisicamente presente, mas também linguisticamente integrada no ambiente, garantindo acesso a direitos fundamentais previstos na Constituição brasileira (Gorovitz, 2023).

Segundo Gorovitz, Carneiro e Martins (2023), a tradução e a interpretação comunitária está sendo cada vez mais requisitada e ganhando visibilidade em diferentes contextos, como:

Requerida em contextos institucionais para possibilitar que pessoas que não falam a(s) língua(s) oficial(is) do país possam interagir com provedores de serviços públicos, o intérprete comunitário acaba oportunizando e colaborando para a promoção de direitos. Em contraste com os contextos da diplomacia internacional, a modalidade da IC singulariza-se em diversos aspectos processuais, seja pela variedade de línguas minoritárias que ela põe em contato (Gorovitz, 2023, p.2).

A tradução e interpretação em contextos comunitários são de suma importância, pois permitem que pessoas em situação de vulnerabilidade sejam vistas e consigam acessar e participar ativamente de assuntos pertinentes a elas. Nesse sentido, a pessoa surda migrante é protagonista em seu contexto, mas, por fazer parte de um grupo minoritário, acaba não sendo priorizada nas políticas públicas governamentais. No entanto, essa demanda tem sido foco de programas institucionais que buscam acolher linguisticamente esses sujeitos, como o Programa MiSordo, cujo público-alvo são as pessoas surdas migrantes venezuelanas.

Nessa perspectiva do Programa MiSordo, destacamos o acolhimento linguístico. Segundo Zambrano (2021), "o acolhimento pode significar dar abrigo e hospitalidade; dessa forma, o acolhimento linguístico visa garantir que a pessoa seja recebida na língua local para que, posteriormente, consiga de maneira autônoma acessar diferentes serviços no Brasil". No caso das pessoas migrantes surdas, no Programa MiSordo, a inserção linguística ocorre por meio das línguas de sinais, partindo da LSV para a Libras.

Zambrano (2021) cita Lopez e Diniz (2018), assim como Bizon e Camargo (2018), que defendem o "acolhimento entre línguas", o que significa acolher por meio do pensamento fronteiriço. A importância desse tipo de acolhimento está em respeitar a língua das pessoas migrantes, permitindo o trânsito entre diferentes línguas e repertórios linguísticos. Assim, o principal objetivo do Programa MiSordo é justamente isso: respeitar e acolher as pessoas surdas migrantes utilizando a LSV, sua língua de origem, dando-lhes a oportunidade de serem vistos como pessoas a partir do acolhimento linguístico.

A tradução e a interpretação comunitária diferem da interpretação de conferências sendo, na tradução/interpretação comunitária há mais diálogos do que discurso. O intérprete comunitário atua, segundo Origuela (2021)

[...] sozinho, tem de tomar decisões a todo tempo. A começar pela modalidade de interpretação que vai utilizar, ele precisa dominar todas elas: tradução à prima vista, simultânea, consecutiva. Deve então analisar a situação interpretativa para decidir qual modalidade se adequa melhor a cada situação e pode precisar mesclar e alternar entre as modalidades. Também precisa ter a autonomia para organizar o local do atendimento para que o posicionamento físico dos participantes promova melhor interação e comunicação (Origuela, 2021. p.36).

Em relação à tradução nesses espaços, as atividades realizadas por meio dos atendimentos no Programa MiSordo ocorriam em contextos de saúde, como a tradução a prima vista de bulas de remédios, receitas e laudos médicos, além de formulários sobre trabalho, educação e regulamentação de documentação. As traduções eram feitas do português ou espanhol para a LSV/Libras, quando a pessoa surda precisava ir a algum órgão que, na sua maioria, não contava com profissionais TILS. As traduções eram realizadas de acordo com as solicitações dos usuários. Um exemplo comum envolvia questões de trabalho, como mudança de setor ou demissão, e questões judiciais, como a realização de Boletim de Ocorrência, entre inúmeras demandas (Bentes *et al*, 2022).

Tendo a tradução e a interpretação comunitária delineadas brevemente, passemos a discussão sobre a observação participante no âmbito do Programa MiSordo e como isso pode contribuir para um debate maior sobre a formação para a atuação nesses contextos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste trabalho, pretendemos apenas suscitar breves reflexões acerca da tradução e da interpretação comunitária em contextos de migração, refúgio e fronteira. Os primeiros resultados obtidos indicam alguns pontos relevantes para fomentar a discussão sobre o tema. Um deles é a necessidade de formação específica para atuar nesse contexto, com destaque para a importância de acolher as pessoas surdas provenientes da Venezuela em sua língua materna, a LSV, uma iniciativa central do Programa MiSordo.

A tradução, interpretação e intervenções ocorreram principalmente no Centro de Interiorização de Migrantes pela Pastoral Universitária, onde acompanhávamos as pessoas surdas em locais como clínicas para exames de audiometria, na Universidade Federal de Roraima, além de atendimentos online via WhatsApp.

Nessas interações, utilizavam-se Libras, LSV, além do espanhol na modalidade escrita ou oral, já que muitas pessoas surdas conseguem oralizar e

fazer leitura labial. Além dos atendimentos individuais, também realizávamos a interpretação em pequenos eventos como palestras, orientações e reuniões para as pessoas surdas presentes. Nesses espaços, a principal demanda consistia em mediar as informações para a pessoa surda nas solicitações dos serviços realizados no CCI.

Como já mencionado, o Programa MiSordo foca na mediação entre línguas, respeitando a língua materna das pessoas surdas. Dessa forma, a transição entre LSV, Libras e outros recursos ampliava a compreensão necessária, facilitando o entendimento de informações relacionadas a documentos, emprego, saúde, entre outras áreas de necessidade.

Com isso posto, a formação de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) para a tradução e interpretação comunitária em contextos de fronteira e migração é urgente, dado o uso de diferentes línguas de sinais e a ausência dessas questões no currículo do curso de Bacharelado em Letras Libras da UFRR, por exemplo. Não há disciplinas voltadas ao contexto migratório, à LSV como língua adicional ou ao acolhimento em diferentes áreas.

O curso de Letras Libras da UFRR, iniciado em 2014, forma profissionais para atuar como intérpretes e tradutores no par Libras-Português, conforme prevê o Decreto 5.626/05. Considerando a situação expressiva no estado de Roraima, é essencial incluir, na formação curricular, conhecimentos sobre tradução e interpretação em contextos de migração. Esses saberes serão fundamentais para os futuros profissionais, que frequentemente se depararão com o público de pessoas surdas migrantes venezuelanas.

Nessa lacuna formativa, o Programa MiSordo tem sido um importante espaço para adquirir conhecimentos. Por meio da extensão universitária, vários alunos têm tido a oportunidade de participar e colaborar nas ações e formações oferecidas. As atividades, como momentos de escuta para identificar as necessidades dessas pessoas — que geralmente envolvem o acesso a direitos básicos, como moradia, alimentação, saúde, educação e trabalho — têm gerado interações e promovido a aprendizagem dos alunos participantes (Bentes; Albano; Azeredo, 2023).

Conforme Almeida (2021), a atuação no Programa MiSordo não envolve apenas o desenvolvimento prático das línguas, mas também a internalização de uma perspectiva humanitária em relação às dificuldades enfrentadas pelos migrantes e refugiados. A atuação e formação de TILS nos espaços comunitários, especialmente em contextos de migração, revelam-se como uma questão complexa

e multifacetada. Embora haja uma demanda crescente por profissionais qualificados, a falta de formação específica para lidar com as particularidades do atendimento a pessoas surdas migrantes apresenta desafios significativos.

Primeiramente, a abertura de processos de interiorização, como os realizados pela Operação Acolhida, exige que os TILS não apenas mediem a comunicação, mas também compreendam as dinâmicas sociais, culturais e burocráticas que envolvem a migração. Durante a triagem, os TILS são fundamentais para facilitar a compreensão das necessidades das pessoas migrantes surdas, permitindo que elas sejam interiorizadas ou encaminhadas a atividade laboral local de forma adequada e informada. No entanto, a ausência de uma formação que aborde explicitamente essas questões pode resultar em lacunas na mediação e no atendimento.

Além disso, eventos, palestras e reuniões que são constantemente realizados nesses espaços ressaltam a importância de uma interpretação sensível e informada. Esses eventos são oportunidades necessárias para que os TILS não apenas exerçam sua função, mas também absorvam conhecimentos sobre as realidades enfrentadas pelas pessoas surdas migrantes. No entanto, a falta de preparo específico pode limitar sua eficiência no processo de interpretação, impactando diretamente a qualidade das interações e a compreensão das questões abordadas.

É importante ressaltar que a experiência prática é valiosa, como as adquiridas no âmbito das ações do Programa MiSordo, mas não substitui a necessidade de uma formação formal que inclua o aprendizado de línguas de sinais e culturas diferentes, como a LSV e o espanhol. O domínio do espanhol é essencial, pois muitas surdas venezuelanas conseguem realizar leitura labial ou entender a escrita, mas a familiaridade com a escrita do próprio país pode ser uma barreira significativa. A formação deve, portanto, incluir habilidades de comunicação que considerem essas diversidades linguísticas e culturais.

Por fim, o desenvolvimento das competências dos TILS para atuar em contextos comunitários é vital para garantir que os direitos linguísticos das pessoas surdas migrantes sejam respeitados. Essa formação deve ser não apenas técnica, mas também ética, promovendo um atendimento respeitoso e consciente das necessidades específicas desse público. Ao abordar a atuação e a formação de TILS, é imprescindível considerar essas múltiplas dimensões, visando a criação de um ambiente inclusivo e acessível que assegure o pleno exercício dos direitos linguísticos e sociais desse grupo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradução e interpretação em contexto comunitário têm sido tema de constante debate entre autores dos Estudos da Tradução (Gorovitz, 2023; Origuela, 2021; Santos; Poltronieri-Gessner, 2019). No entanto, ainda é escassa a discussão sobre o contexto comunitário que envolve migração, refúgio e fronteira e as vulnerabilidades de grupos que utilizam outras línguas de sinais.

Nesse cenário, as ações do Programa MiSordo em relação à tradução e interpretação comunitária para pessoas surdas migrantes têm promovido a inserção linguística e a comunicação em sua língua materna como uma proposta a ser considerada na formulação de políticas públicas, linguísticas e educacionais voltadas para esses grupos.

Portanto, é necessária uma ampliação do debate sobre a formação de Tradutores e Intérpretes de Línguas de Sinais (TILS) para atuar em contextos de fronteira, especialmente considerando o uso de diferentes línguas de sinais e línguas orais, o que difere dos pares de línguas abordados nos cursos de Letras Libras oferecidos (Libras-Português). Essa demanda ainda não está presente nos currículos de formação e exige inclusão urgente.

As atividades desenvolvidas pelo Programa MiSordo, em parceria com a Pastoral Universitária, também ressaltam a importância de acolher migrantes em suas línguas, alinhando-se às propostas já realizadas para acolher outros grupos. Isso constitui um diferencial, pois muitos dos tradutores e intérpretes que participam do Programa MiSordo têm se empenhado em aprender essas línguas, o que tem sido fundamental para minimizar os impactos negativos da migração na vida desses indivíduos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. L. P. *Atuação do tradutor e intérprete comunitário no âmbito do programa de extensão interinstitucional MiSordo/UFRR-UFOPA*. Trabalho de conclusão de curso Letras Libras, UFRR, 2021.

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. BENTES, Thaisy. SURDOS MIGRANTES NA ESCOLA: questões de inclusão e direitos humanos linguísticos. *Revista Teias*, 2022.

BENTES, T. ARAÚJO, P. J. P. *¡Sordos también migran! A invisibilidade de migrantes surdos e o papel do intérprete humanitário*. In: *Tradução Humanitária e mediação cultural para migrantes e refugiados*. CBEAL: Memorial da América Latina/ACNUR, 2021.

BENTES, T.; ALBANO, A. H. O. AZERÊDO, A.C. *Migrantes Surdos: Línguas de Sinais, Tradução e Direitos Humanos*. Editora da UFOPA, 2023.

BENTES, T.; ALBANO, A. H. O. ARAÚJO, P.J. P. CALIXTO, H.R.S. *Migrantes Surdos e acesso aos serviços públicos no Brasil; contribuições do Programa de Extensão MiSordo*. Revista Conexão ComCiência, 2022.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. *Lei de Migração*. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Acesso em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm), no dia 22/11/23 às 11:17.

BRASIL. Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Acesso em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm), no dia 22/11/2023 as 11:46.

GOROVITZ, Sabine; CARNEIRO, Teresa Dias; MARTINS, Marcia. A Interpretação Comunitária como garantia de direitos: qual formação para qual atuação no Brasil?. Revista Belas Infieis, Brasília, v. 12, n. 1, p. 01-33, 2023. e-ISSN: 2316-6614.

ORIGUELA, D. A. Interpretação comunitária, direitos humanos e assistência social: proposta de política pública no contexto brasileiro. Tradterm, set. 2014.

ORIGUELA, Daniela. A atuação do intérprete comunitário junto às comunidades migrantes no Brasil. EBOOK: E por falar em tradução [livro eletrônico] / organização Érica Lima, Lenita Rimoli Pisetta, Viviane Veras. – Bauru, SP: Canal 6, 2021. Acesso em: <https://canal6.com.br/livreacesso/livro/e-por-falar-em-traducao/>. Dia 21 de setembro às 20:00.

SANTOS, S. A.; POLTRONIERI-GESSNER, A. V. P. O papel da tradução e da interpretação para grupos vulneráveis no acesso à Justiça. *Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal (RDPDF)*, v. 1, p. 69-84, 2019.

UNICEF. Crise migratória na Venezuela. acesso: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/crise-migratoria-na-venezuela-mais-de-1-milhao-de-criancas-precisarao-de-ajuda>. Em 21 de setembro de 2024 as 20h.

ZAMBRANO, Cora Elena Gonzalo. *Acolher entre línguas: representações linguísticas em políticas de acolhimento para migrantes venezuelanos em*

Roraima.2021.226p. (Tese de doutorado em estudos Linguísticos) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.